

A EVOLUÇÃO MACROECONÔMICA E COMERCIAL DOS PAÍSES- MEMBROS DO MERCOSUL NO PERÍODO QUE SE ESTENDE DE 1990- 2004

Adriano Martins de Souza¹

RESUMO: Este trabalho consiste em discutir a proposta firmada pelo Tratado de Assunção, em 1991, que constituiu o Mercado Comum do Sul – Mercosul, formado inicialmente pelas relações comerciais entre Brasil e Argentina, e posteriormente aderido por outros dois países fronteiriços, Paraguai e Uruguai. Tal assinatura reavaliou o conceito de integração latino-americana, propiciando, assim, condições para uma nova etapa de negociações nos diversos níveis do relacionamento regional. Neste sentido, procura-se, por meio deste trabalho, discutir como se deu a evolução macroeconômica e comercial dos países-membros do Mercosul, no período que se estende de 1990-2004, uma vez que a expansão desses fatores constituiu-se em um dos pilares fomentadores da formação do bloco, por parte de seus membros. O estudo proposto é amparado por uma análise qualiquantitativa, que abrange fontes primárias, constituídas nos Tratados formadores do Mercosul, e fontes secundárias, que consistem em referências bibliográficas, bem como a utilização de dados estatísticos dos países-membros do bloco, respaldando os resultados da análise proposta. A partir das exposições estatísticas conclui-se que, mesmo que o impacto do Mercosul não se tenha feito de maneira uniforme sobre todos os países-membros, a criação do bloco surtiu efeitos significativos sobre o padrão de exportações de todos os seus integrantes, pois, de modo geral, todos eles experimentaram um aumento significativo das suas exportações intra-Mercosul durante o período selecionado para análise.

Palavras-Chave: Evolução Comercial; Evolução Macroeconômica; Mercosul.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, as relações de troca entre países atravessaram diferentes etapas evolutivas, até consolidarem-se como importante mecanismo capacitado a impulsionar as relações econômicas e, com maior rapidez, unir as nações em blocos e direcioná-las para a modernidade na busca determinada do bem-estar individual e do progresso coletivo.

No caso da América Latina, diversas tentativas de integração têm sido observadas ao longo dos anos, sendo que, tal idéia, na região, vislumbrou-se a partir do desejo inicial de integração delineado por Simón Bolívar, que na sua famosa Carta de Jamaica, escrita em 1815, conclama as repúblicas latino-americanas para uma unificação que estaria fundamentada na identidade e na história dos seus povos.

Todavia, o projeto de integração da América Latina seria resgatado, com maior ênfase, a partir da segunda metade do século XX, sob influência marcante da Comissão Econômica para América Latina – CEPAL, que fundou, em 1960, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC.

Envolvendo todos os países da América do Sul (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela) e o México, a ALALC visava, em um prazo de 12 anos, a criação de um mercado econômico através da ampliação dos

¹ Economista pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão/PR (FECILCAM). Bolsista do Programa Universidade Sem Fronteiras (SETI). e-mail: adriano_msouza@hotmail.com

mercados nacionais de seus membros, mediante a implantação de um programa de reduções tarifárias.

Contudo, principalmente devido a impossibilidade de manter os mesmos objetivos iniciais de integração, o fracasso da ALALC, em sua tentativa de estabelecer um mercado comum latino-americano, fez com que a mesma fosse substituída, posteriormente em 1980, pela Associação Latino-Americana de Integração – ALADI, cujos objetivos eram os mesmos da entidade anterior, porém com propostas mais flexíveis e o afrouxamento dos compromissos de integração.

No entanto, o fator de maior diferenciação entre as duas entidades é a flexibilidade que a ALADI assumiu quanto ao processo de integração, permitindo aos seus membros a formação de blocos de integração em nível sub-regional, paralelo ao próprio processo de integração regional.

Tal iniciativa veio agradar os países-membros que, desde 1960, já traçavam alternativas de integração sub-regionais, com objetivos de tratar dos interesses comuns de seus membros, promovendo, assim, o crescimento econômico e comercial da região. Isto pode ser observado em iniciativas como as do PACTO ANDINO, em 1969, e do CARICOM, em 1973.

Nesse mesmo sentido, destaca-se a iniciativa formalizada pela assinatura do Tratado de Assunção, em 1991, que constituiu o Mercado Comum do Sul – Mercosul, formado inicialmente pelas relações comerciais entre Brasil e Argentina, e posteriormente aderido por outros dois países fronteiriços, Paraguai e Uruguai.

A proposta firmada pelo Tratado de Assunção, reavaliou o conceito de integração latino-americana, uma vez que, propiciando condições para uma nova etapa de negociações nos diversos níveis do relacionamento regional, esta deixa de ser vista apenas pelo aspecto comercial e passa a incluir a preocupação com a cooperação e a complementação econômica.

Dessa forma, entende-se que o surgimento do Mercosul como bloco sub-regional constituiu uma ruptura no processo integrador e, ao mesmo tempo, representou a formalização de uma estrutura mais avançada de integração na América Latina. No entanto, hoje, o Mercosul está mergulhado em impasses, principalmente nos altos órgãos políticos, gerando assim, especulações a respeito dos benefícios e dos prejuízos econômicos de seus membros, sobretudo em termos de ganhos e/ou perdas comerciais, na medida em que estes foram aderindo ao acordo. Tais impasses tem levado estudiosos do assunto a discordarem quanto as possibilidades futuras de manutenção da própria proposta idealizadora da integração do bloco.

Assim, considerando essa ampla problemática que ainda carece de inúmeros estudos, o objetivo deste trabalho é discutir como se deu a evolução macroeconômica e comercial dos países-membros do Mercosul, no período que se estende de 1990-2004, uma vez que a expansão desses fatores constituiu-se em um dos pilares fomentadores da formação do bloco, por parte de seus membros.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O estudo proposto será amparado por uma análise quali-quantitativa, que abrangerá o estudo de fontes primárias, constituídas nos Tratados formadores do Mercosul, o estudo de fontes secundárias, que consistem em referências bibliográficas fidedignas de grandes estudiosos da integração latino-americana e do Mercosul, bem como a utilização de dados estatísticos (macroeconômicos e comerciais) dos países-membros do bloco, respaldando os resultados da análise proposta.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

É notável que a constituição do Mercosul representou uma ruptura bem vinda na história de iniciativas frustradas de integração latino-americana, pois implicou numa expansão significativa dos fluxos comerciais regionais e num processo importante de reestruturação produtiva a nível regional. Todavia, outras discussões norteiam a questão da integração econômica regional da América Latina quanto ao caso do Mercosul, pondo em prova os benefícios e o prejuízos de seus membros, na medida em que estes aderiram ao acordo.

Portanto, retratando exclusivamente o caso dos países-membros que vivenciaram o processo de formação do bloco (Brasil, Argentina Paraguai e Uruguai), será demonstrada, a seguir, a evolução das relações econômicas no Mercosul.

Inicialmente, retratando individualmente cada país-membro do bloco, verifica-se, conforme a Tabela 1, a conseqüente evolução que o processo de constituição do Mercosul acarretou aos seus membros.

Tabela 1. Evolução do PIB dos países-membros do Mercosul em US\$ mi (1994-2007)

Ano	Brasil		Argentina		Paraguai		Uruguai	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1994	559 368	66,4	257 716	30,6	6 794	0,8	18 358	2,1
1995	582 974	67,9	250 383	29,1	7 164	0,8	18 092	2,1
1996	595 799	67,2	264 221	29,8	7 193	0,8	19 102	2,1
1997	616 056	66,3	285 652	30,7	7 408	0,8	20 066	2,1
1998	616 058	65,4	296 650	31,5	7 451	0,7	20 976	2,2
1999	617 906	66,2	286 607	30,7	7 341	0,7	20 379	2,1
2000	644 476	67,4	284 346	29,7	7 095	0,7	20 086	2,1
2001	652 855	68,6	271 810	28,5	7 242	0,7	19 406	2,0
2002	670 482	71,5	242 198	25,8	7 238	0,7	17 265	1,8
2003	677 857	70,1	263 600	27,2	7 516	0,7	17 640	1,8
2004	716 495	69,4	287 402	27,8	7 827	0,7	19 725	1,9
2005	737 273	68,2	313 783	29,0	8 051	0,7	21 032	1,9
2006	764 552	67,3	340 348	29,9	8 391	0,7	22 504	1,9
2007	805 838	66,6	369 958	30,6	8 894	0,7	24 169	2,0

Fonte: ALADI (2008) – elaboração própria

Com um PIB que corresponde a mais de dois terços do PIB total do Mercosul, ou seja, cerca de 70% do total, o Brasil, desde a oficialização do bloco, sempre se manteve como o país de maior contribuição dentro do Mercosul.

A participação argentina no PIB do Mercosul corresponde, praticamente, aos outros 30%, uma vez que o PIB do Paraguai e do Uruguai é bastante pequeno mesmo em relação ao PIB argentino. Em média, o Paraguai tem correspondido menos de 1% do PIB do Mercosul, e o Uruguai algo, entre 1 e 2%.

Esta assimetria não apenas indica as diferenças econômicas existentes entre os quatro países-membros, como também implicam um certo padrão no fluxo de comércio do bloco e diferentes percepções e interesses em relação ao mercado internacional, dificultando a convergência macroeconômica entre os países-membros, elemento fundamental para a continuidade do processo de integração do Mercosul.

Porém, ao analisarem-se as exportações por país integrante do Mercosul, pode-se verificar que a criação do bloco surtiu efeitos sobre a economia de todos eles. Em muitos dos casos o padrão de exportações segundo o destino se alterou de maneira dramática, impactando diretamente no perfil das exportações dos países-membros.

Mediante Tabela 2, pode-se notar uma mudança considerável nas exportações do Brasil para o Mercosul, chegando a alcançar um aumento da média de 4,2% para 9,24% entre os anos de 1990 e 2004.

Tabela 2. Evolução das Exportações brasileiras segundo o destino (%): 1990-2004.

Destino	1990	1994	1998	2002	2004
Países do Mercosul	4,20	13,59	17,37	5,48	9,24
Demais membros da ALADI	3,15	4,70	3,96	6,30	6,73
União Européia	32,36	28,01	28,84	25,01	24,25
Estados Unidos	24,17	20,24	19,06	25,44	20,77
Outros Países	36,12	33,45	30,78	37,77	39,01

Fonte: CEPAL (2005)

Mesmo sendo o membro que possui o menor percentual de exportações intra-bloco, as exportações brasileiras destinadas ao Mercosul mais que dobraram, atingindo em 1998, 17,37% do total das exportações segundo o destino. Contudo, outras regiões ainda são o destino preferencial das exportações brasileiras, que é o caso da União Européia e os Estados Unidos.

As exportações argentinas para a América Latina vêm crescendo significativamente nas últimas décadas, ao ponto que os países do Mercosul terem sido os responsáveis pela absorção de 14,84% no ano de 1990, alcançando 35,64% em 1998, das exportações segundo o destino, conforme a Tabela 3.

Tabela 3. Evolução das Exportações argentinas segundo o destino (%): 1990-2004.

Destino	1990	1994	1998	2002	2004
Países do Mercosul	14,84	30,33	35,64	22,31	19,59
Demais membros da ALADI	6,34	8,03	8,01	14,14	14,10
União Européia	30,85	24,82	17,50	19,94	17,17
Estados Unidos	13,48	10,88	8,29	11,27	10,80
Outros Países	34,49	25,94	30,55	32,33	38,32

Fonte: CEPAL (2005)

O Paraguai, por sua vez, viu suas exportações destinadas ao Mercosul crescerem de maneira significativa, na medida em que seus destinos de exportação sofriam uma grande alteração, pois, ao longo das décadas de 70 e 80, o principal destino das exportações paraguaias era a União Européia. Contudo, a partir da década de 90, as exportações para o continente europeu começaram a cair drasticamente, como mostra a Tabela 4, e passaram a ser destinadas aos demais países do Mercosul que, mesmo tendo, desde o início da formação do bloco, uma considerável importância como destino das exportações paraguaias, continuaram aumentando até 2002, ano em que representaram 58,15% das exportações totais.

Tabela 4. Evolução das Exportações paraguaias segundo o destino (%): 1990-2004.

Destino	1990	1994	1998	2002	2004
Países do Mercosul	39,57	52,01	52,34	58,15	53,24
Demais membros da ALADI	3,27	4,49	4,08	5,31	2,10
União Européia	31,75	27,76	28,12	8,71	6,18
Estados Unidos	4,11	6,97	8,06	3,93	3,20
Outros Países	21,30	8,77	7,41	23,91	35,27

Fonte: CEPAL (2005)

Assim como o Paraguai, o Uruguai também experimentou uma mudança notável no destino de suas exportações ao longo o período analisado. Como consta na Tabela 5, os Estados Unidos aumentaram sua importância como destino das exportações uruguaias passando de 9,27% em 1990, para 19,76% em 2004. As exportações destinadas ao Mercosul também sofreram grandes variações, pois, dos 34,83% das exportações totais em 1990, o bloco aumentou para 55,33% em 1998, contudo, diminuiu de maneira

expressiva a partir de então, chegando a um percentual menor do que registrado desde a assinatura o Tratado de Assunção, ou seja, 26,18% em 2004. Alguns estudiosos do assunto remetem essa queda à desvalorização do real pelo Brasil, fruto dos reflexos das crises internacionais da década de 1990 (Mexicana-1994, Asiática-1997 e Russa-1998), as quais refletiram em mudanças na condução da política econômica do país.

Tabela 5. Evolução das Exportações uruguaias segundo o destino (%): 1990-2004.

Destino	1990	1994	1998	2002	2004
Países do Mercosul	34,83	47,01	55,33	32,61	26,18
Demais membros da ALADI	2,91	4,59	3,58	6,68	6,09
União Européia	25,07	20,79	16,48	23,71	19,47
Estados Unidos	9,27	6,82	5,72	7,41	19,76
Outros Países	27,93	20,79	18,88	29,59	28,50

Fonte: CEPAL (2005)

4 CONCLUSÃO

A partir destas exposições pode-se concluir que, mesmo que o impacto do bloco não se tenha feito de maneira uniforme sobre todos os países-membros, a criação do Mercosul surtiu efeitos significativos sobre o padrão de exportações de todos os seus integrantes, pois, de modo geral, todos eles experimentaram um aumento significativo das suas exportações intra-Mercosul durante o período selecionado para análise.

Entretanto, não se pode e nem se deve garantir ser apenas a formação de um bloco sub-regional, a única alternativa de promoção dos mercados envolvidos, dada a instabilidade que os membros do bloco vivenciaram principalmente durante os anos de crise, o que leva-se a entender que os países do Mercosul ainda carecem passar por uma coordenação macroeconômica conjunta, para evitar que as mudanças na condução das políticas econômicas e comerciais de uma das economias-membro, reflitam-se na redução do comércio intra-regional e em desgaste diplomático e político entre os integrados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Brasil e o Futuro do Mercosul: Dilemas e Opções. In: CASELA, Paulo Borba, **Mercosul: Integração Regional e Globalização**, 1. ed. São Paulo-Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

BASTOS, Luciana Aparecida. **Avaliação da Evolução Comercial do Mercosul: 1994-2005**. 2008. 256f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de, e SILVA, César R. Leite da. **Economia Internacional**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

CASELA, Paulo Borba. Integração nas Américas: uma visão de conjunto. In: CASELA, Paulo Borba, **Mercosul: Integração Regional e Globalização**, 1. ed. São Paulo-Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica da América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lia, 1970.

MAGNOLI, Demétrio e ARAUJO, Regina. **Para entender o Mercosul**. 6. ed. São Paulo: Moderna, 1995.